



COMUNICADO

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB** torna público que, aos 05 (cinco) dias do mês de setembro de 2024, às 9h30min, a Auditora Fiscal Adriana Machado Agostini, Matrícula Funcional 37.678 lavrou o Auto de Multa-Interdição/Embargo sob no **000444- Série A**, em desfavor de **FILIPE DOS SANTOS CHAGAS**, inscrito no CPF 131.324.567-48, residente à Rua Willian Borges, s/no – Centro, no município de Presidente Kennedy, de acordo com o Artigo 21, Inciso XXI, alínea “a” e Parágrafo Único do Decreto Municipal 26.083/16 e Lei Municipal 7348/2015, nos seguintes termos: “Paralisar a atividade de movimentação de terra/nivelamento de terreno em Área de Preservação Permanente – APP de curso hídrico da Tijuca por não apresentar licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes – Denúncia Ouvidoria Municipal 240610318747”.

Penalidade: multa de 80 UFCI duplicada por ser cometida em APP = 160 UFCI - Valor da UFCI: R\$ 24,87, equivalente ao total de R\$ 3.979,20 (três mil, novecentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

Na forma da Legislação Municipal vigente, fica o Autuado qualificado acima intimado a recolher ao Cofre Público Municipal o crédito discriminado no prazo de 30 (trinta) dias ou a impugnar a sua exigência no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data desta publicação. Não havendo impugnação ou efetivação do pagamento do crédito fiscal expresso em real no prazo concedido, o mesmo será devidamente inscrito em Dívida Ativa.

Cachoeiro de Itapemirim, 12 de setembro de 2024.

Victor Galvão Rabbi

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Decreto nº 33.609/2023



Autenticar documento em <https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100320033609202300010054005699406. Os dados são assinados digitalmente conforme a Lei nº 20.907/2003 e o Decreto Municipal nº 26.083/16. Os dados são assinados digitalmente conforme art. 4º, II c/c da Lei nº 20.907/2003 e o Decreto Municipal nº 26.083/16.

